



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638314 - PR (2021/0000618-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : LOURENCO PEREIRA BORGES
ADVOGADO : LOURENCO PEREIRA BORGES - PR012064
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : CLEITON APARECIDO RODRIGUES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLEITON APARECIDO RODRIGUES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0077295-97.2020.8.16.0000).

O paciente foi preso em flagrante em 2/7/2020, sendo essa prisão convertida posteriormente em preventiva, e mantida na sentença de pronúncia, pela prática, em tese, dos delitos previstos no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do CP, art. 244-B da Lei n. 8.069/90, na forma do art. 29 do CP e art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos que autorizam a manutenção da prisão preventiva, sobretudo diante da Recomendação CNJ n. 62/2020, uma vez que o paciente integra grupo de risco para novo coronavírus, pois possui bronquite asmática. Afirma que a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP afigura-se suficiente e adequada ao caso.

Requer, liminarmente e em definitivo, a revogação da prisão preventiva com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR.

RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto foi devidamente fundamentada a decisão impugnada, inclusive no que tange à situação da covid-19. Confira-se:

No que se refere à pandemia e o risco de adquirir a doença denominada Covid-19, saliento que o risco abstrato de contágio pela pandemia do COVID-19 não é causa, por si só, autorizadora da revogação da Prisão Preventiva.

Conforme mencionado, o crime imputado ao Paciente foi cometido, em tese, com violência e grave ameaça, assim, não se enquadra na Recomendação nº 62/2020-do Conselho Nacional de Justiça, a qual traz diretrizes a serem seguidas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente